



P&C 52

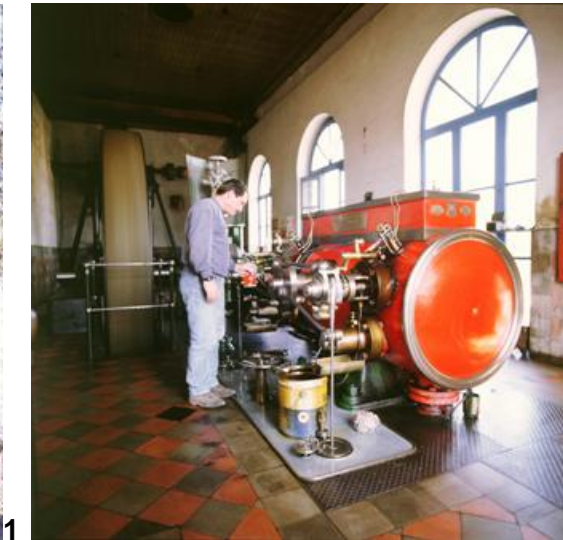
## A Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços

### Singularidade e inovação de um complexo fabril do património industrial português

Jorge Custódio – Professor de Arqueologia Industrial na FCSH – UNL

#### NOTA:

Este texto corresponde a uma versão mais extensa, e em português, do artigo que integra a P&C nº 52 (página16)



#### Um pouco de história...

Nos fins do século XIX, mais precisamente em 1895, instalou-se em Vale de Milhaço de Baixo, então freguesia da Amora, no concelho do Seixal uma fábrica de pólvora negra (FILIPE et alii, 2009: 265). A iniciativa deveu-se - sabe-se hoje - ao industrial Libânio Augusto de Oliveira. Ocupava onze hectares, de um coberto vegetal de pinheiros, longe dos poucos casais e lugarejos que então caracterizavam a mancha

habitacional da região. Esta primitiva unidade, iniciada com a concessão de um alvará de 1894, subsistiu poucos anos, transitando para a firma Francisco Carneiro & Comandita (1896-1898) e, logo de seguida, para a *Companhia Africana de Pólvora, SARL* (1898-1921), depois de uma explosão ocorrida em 3 de Abril de 1897 ("A Catastrophe de Corroios", *O Século*, 1897). Depois do rescaldo desta tragédia, a Companhia Africana reconstrói a fábrica segundo um novo plano industrial, revolucionário para a época, que colocou a empresa num nível tecnológico mais aperfeiçoado do que a fábrica estatal de Barcarena, concelho de Oeiras, actualmente Museu da Pólvora Negra.

A Companhia Africana de Pólvora constituiu-se com capital alemão e manteve uma organização industrial muito rigorosa, entre os fins do século XIX e a 1.ª Guerra Mundial, implementando um Regulamento Interno (1912), provando a sua iniciativa industrial. A pólvora negra transformara-se num negócio, liberalizada pelas opções da sua aplicação pacífica e de lazer entre as classes laboriosas. Desde os meados do século XIX, o desenvolvimento das estratégias político-militares dos Estados-Nação e do poder económico imperialista se voltara para o fabrico de novos tipos de pólvora, assentes em processos químicos modernos (o interesse militar pelo algodão-pólvora iniciara-se em 1846). Esta conjuntura explica o escasso empenhamento político dos governos portugueses em relação à Fábrica de Barcarena, cujo atraso tecnológico se evidencia entre 1880 e a 1.ª Guerra Mundial. No nosso país, as atenções do Estado foram para a fábrica de Chelas, montada pelo capitão António Correia Barreto, entre 1896-1898, essencial no esforço de guerra de Portugal em 1914-1918 (SANTOS, 1911: 391 e FOLGADO & CUSTÓDIO, 1999: 65-70).

A Fábrica da Pólvora de Vale de Milhaços beneficiou do decreto de liberalização da indústria e do comércio de pólvora em Portugal (23 de Junho de 1879). Os acontecimentos do *Ultimatum* inglês e a reacção nacional à importação de produtos britânicos são os aspectos mais relevantes do enquadramento político da instalação do complexo de pólvora de Vale de Milhaços. O empenho numa maior participação nacional em África, constitui o estímulo de fabrico de uma pólvora de tipo ordinário, não militar, para aplicação em pedreiras e minas, de modo a viabilizar a construção ferroviária, de obras públicas e portos marítimos em Angola. Neste aspecto concorria com Barcarena.

O capital da Companhia era de 230 contos de réis em 1910. Entre 1898 e 1910, a área de laboração aumentou para 21,5 hectares, provando uma mudança significativa em relação ao modelo de firma e de indústria, tal como fora criada por Libânio de Oliveira. Em breve a produção de pólvora tipo *África* era superior a 2500 kg /dia, destinando-se ao mercado africano e ao mercado português, este carente de pólvora de caça. A capacidade produtiva, nos primeiros tempos, foi sinónima de um estabelecimento de primeiro plano, com produção superior à estabelecido por lei (300kg/dia). O arrendamento do porto do Rouxinol, no esteiro de Corroios, garantiu um meio eficaz de expedição dos seus produtos para o porto de embarque em Lisboa. Entre os aspectos sociais mais relevantes destaca-se a construção do bairro operário (1900).

A entrada de Portugal na Grande Guerra teve efeitos imediatos na Companhia Africana de Pólvora, quer por razões políticas, quer por razões económicas. O início dos confrontos internacionais em África (FILIPE et alii, 2009: 266) levou à limitação do comércio da pólvora em Angola. Em Portugal, os interesses alemães passaram a ser perseguidos, aspecto que se reflectiu no seio da Companhia, dadas as relações privilegiadas com os interesses alemães e a composição do seu capital social. O bloqueio dos estaqueiros do Estado, estimulados pelos interesses de Barcarena, contribuiu para desfecho e encerramento da fábrica (FILIPE et alii, 2008: 266). A "degradação financeira" foi acompanhada da crise económica internacional e a Companhia acabou por não resistir à conjuntura de 1919-1921.

A dissolução da empresa foi seguida da venda dos imóveis e da constituição de uma nova empresa, tipo familiar, liderada por Francisco Camelo: a *Sociedade Africana de*

*Pólvora*. Esta sociedade manteve-se à frente da gestão fabril, entre 1922 e 2001, conhecendo-se vários períodos administrativos distintos. Inicialmente recupera o mercado de Angola, onde o processo de desenvolvimento retomado pela 1.<sup>a</sup> República parecia imparável. Os novos empresários recuperaram o funcionamento da planta industrial herdada da Companhia Africana de Pólvora. Uns anos depois, diversificam a produção, estabelecendo novas oficinas nos terrenos disponíveis, a ocidente da primitiva unidade: oficina de rastilho (1940) e de cartão detonante (1954), entre outras. Entretanto, a marca registada dos produtos de Vale de Milhaços passam a ter uma maior aceitação nos mercados concorrentes.

### **"Um lugar único no campo do património industrial" (Eusebi Casanelles, 1999)**

A valorização do património industrial de Vale de Milhaços data dos inícios dos anos de 1980. Nessa altura, a Sociedade Africana mantinha a fábrica em laboração, conservando a planta, o sistema e processos tecnológicos dos fins do século XIX. Uma máquina a vapor de 1900 mantinha-se em actividade e fornecia a energia motriz a todas as oficinas de transformação da pólvora, tal como no início da sua instalação. A casa das máquinas constituía o coração da unidade fabril, revelando a sua função de motor central. Isolada das restantes oficinas, por razões de segurança, impôs-se como a solução adequada para a introdução da energia a vapor no indústria da pólvora em Portugal na era da industrialização. A força motriz era transportada às diferentes oficinas do circuito da pólvora por meio de um complicado sistema de transmissões aéreas, através de cabos teledinâmicos, que as ligavam entre si, formando uma planta longitudinal, de carácter geométrico, pondo em evidência os mais modernos contributos da mecânica industrial oitocentista. A data do encerramento (2001), a referida planta mantinha-se quase que intacta, fazendo ressaltar aspectos relevantes da cultura material e imaterial da indústria oitocentista. Estes valores, no último quartel do século XX, constituíam o universo, por excelência, dos estudos de arqueologia industrial e da conservação do património industrial. Portugal introduzira, entre 1977 e 1980, novos campos da arqueologia e preocupava-se já com a protecção do património industrial, tal como recomendavam as instâncias internacionais, nomeadamente o TICCIH.

A persistência dos mesmos processos tecnológicos e métodos de produção da pólvora negra, a manutenção do mesmo tipo de planta industrial dos fins do século XIX e respectivas máquinas, os diversos aspectos da memória e da identidade social do complexo de Vale de Milhaços constituíram, desde o início, as razões de eleição do sítio e do conjunto fabril como património industrial. O caso da máquina a vapor - uma [Joseph] Farcot & Fils de 1900 de 125 c/v - requeria a maior atenção, porque as máquinas a vapor tinham deixado de funcionar na Europa com o fim da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial. A manutenção do seu sistema de transmissões era ainda mais espantoso, dado que aquele processo fora posto de lado com a revolução da electricidade.

O conjunto fabril foi inicialmente identificado pela Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa e pelo Ecomuseu do Seixal (fundação de 1982). A visita de Kenneth Hudson (1916-1999) a Vale de Milhaços constituiu um momento particular no reconhecimento do seu valor patrimonial, quando a discussão sobre a salvaguarda e conservação dos monumentos industriais era um assunto novo em Portugal (1986). A preservação da unidade fabril apenas podia ser superada se houvesse uma atitude inteligente dos seus proprietários e uma vontade expressa das autoridades públicas. Os primeiros aderiram, entre 1982 a 2001, à construção do valor cultural do património de que eram detentores. Envolveram-se no processo da sua salvaguarda em colaboração com especialistas do património.

Na década de 1990, as iniciativas desenvolvidas em torno do valor cultural do património de Vale de Milhaços transformaram-se num exemplo no país, apesar da complexidade e das dificuldades inerentes à concretização de objectivos culturais e museológicos no espaço fabril. O ciclo funcional da fábrica condicionava o processo de valorização, que só a boa vontade dos proprietários viabilizava. Por fim, a Câmara

Municipal do Seixal envolveu-se no processo abrindo as portas ao ciclo cultural da Fábrica da Pólvora.

Durante o centenário da fábrica (1998), conhecendo-se os ecos da sua situação financeira e intenção de encerramento, o Ecomuseu do Seixal - liderando desde então a campanha de sensibilização e de promoção de visitas culturais - levou a cabo várias iniciativas que garantiram a inventariação do seu espólio *in situ* (1998-2002), a criação de um circuito turístico e viabilizando o processo de classificação (1999). Graça Filipe, enquanto directora responsável, referiu, frequentes vezes, quanto foi significativo para o próprio Ecomuseu do Seixal o processo de patrimonialização dos bens industriais do Circuito da Pólvora Negra, no qual colaboraram proprietários, técnicos e operários da unidade fabril (FILIPE, 2003: 83). Depois da fase conturbada de encerramento, associada ao *boom* especulativo dos terrenos da empresa, uma parte da unidade fabril foi desanexa do complexo. Os vestígios mais genuínos da planta industrial de Vale de Milhaços acabaram por ficar na posse da Câmara Municipal do Seixal, constituindo-se como Núcleo do Ecomuseu e como pólo do circuito industrial patrimonial do concelho. O processo de classificação ainda não se encontra totalmente concluído, estando dependente de uma resolução oficial e da homologação ministerial, estudando-se neste momento a área de protecção do complexo industrial, enquanto imóvel de interesse público, categoria que envolve terrenos, edifícios, património integrado e património difuso, para além de uma máquina a vapor e uma caldeira em demonstração de actividade, que requer um tipo de conservação e manutenção próprias, de carácter periódico.

### **Um caso de inovação**

O Circuito da Pólvora Negra e a observação do funcionamento da máquina a vapor de Vale de Milhaços constituíram-se, durante o processo de valorização, como dois aspectos essenciais do património deste sítio industrial. O encerramento da unidade fabril e a transferência dos bens industriais para a autarquia impõe uma nova etapa na construção deste pólo museológico (apenas iniciada a partir de 2008), sobressaindo como prioridades, a salvaguarda, a manutenção activa e a conservação e restauro de todo o complexo cultural. A investigação científica tem neste ponto um papel fulcral, dado que se impõe olhar o conjunto fabril, herdado pelo município, no seu real significado tecnológico, histórico e social de modo a transmiti-lo à comunidade como "monumento" das rotas europeias do património industrial.

O complexo fabril de Vale de Milhaços constitui um caso à parte na indústria da pólvora em Portugal e até certo ponto a nível internacional. Não porque a sua escala fosse surpreendente, nem porque tivesse exercido um significado transcendente no sector da pólvora portuguesa. Impôs no limitado meio industrial do país, como exemplo de sobrevivência de processos técnicos e sociais da era do vapor, como uma unidade que se afirmou no contexto da liberalização da indústria pólvora portuguesa. Como o seu diagrama de fabrico permaneceu activo durante cem anos, na sequência da instalação de uma planta industrial de sistema longitudinal eficaz, essa inovação técnica foi a matriz essencial do reconhecimento do seu valor patrimonial, dado que também permite conhecer e interpretar as novidades tecnológicas europeias da época, em especial a fábrica da pólvora francesa de Sevran-Livry (fundada em 1873).

A originalidade impôs-se como solução para o fabrico de pólvoras comerciais, numa altura em que o negócio não era tanto um assunto de guerra, mas mais um factor de desenvolvimento económico e de modernização dos países europeus. A tecnologia do vapor foi a marca da Fábrica de Vale de Milhaços, patente na sua casa das máquinas, no seu motor central e na orgânica da sua planta destinada a cumprir o diagrama fabril predefinido, aproximando-se dos modelos franceses e alemães contemporâneos, mas sobressaindo do quadro da cultura técnica vigente, enquanto adaptação das soluções técnicas às realidades do seu fabrico em Portugal.

Embora a fábrica tivesse encerrado, mantém-se como testemunho daquele momento da industrialização. O seu valor cultural cresce, porque passou a ser um dos casos mais singulares do património industrial português. Vale de Milhaços patenteia um tema interessante da tecnologia industrial: o momento em que a maquinofactura da pólvora sofreu um primeiro momento de mecanização, por via de uma solução técnica até então desconhecida em Portugal. Por essa razão deve ser conservada, pelo seu valor tecnológico e não apenas pela sua expressão industrial. Na realidade, é um exemplo do princípio das transmissões teledinâmicas ao sistema fabril longitudinal. Em Vale de Milhaços, a rede de centrais de retransmissão da energia mecânica inseridas nas diferentes oficinas do circuito da pólvora constitui, sem precedentes, uma inovação ainda muito mais importante do que a sua central de energia a vapor. Todavia, o complexo fabril não se concebe sem que todos os componentes estejam em sintonia. Se tal acontecesse, o património industrial de Vale de Milhaços perderia o seu significado cultural e museológico.

### **Legendas das Imagens:**

Imagem 1 - Extensão na Antiga Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços. Edifício da Oficina de encasque nas galgas e Casa de transmissão de energia, recebida por cabos teledinâmicos. ©EMS / CDI.

Imagem 2 - Extensão na Antiga Fábrica de Pólvora de Vale Milhaços. Lubrificação dos copos da máquina a vapor pelo operário Francisco Moura. ©EMS / CDI – Rosa Reis, 1998.

Imagem 3 - Embalagem da Pólvora de Caça da Fábrica de Vale de Milhaço. Sociedade Africana de Pólvora. Anos 1930-1940. Colecção privada.

Imagem 4 - Planta da fábrica de pólvoras físicas com legenda - Sociedade Africana da Pólvora. ©EMS / CDI.

### **Bibliografia referida:**

"A Catasprophe de Corroios" (1897) - in *O Século*, 7.º Anno, nºs 5470 a 5472 de 7 a 9 de Abril de 1897, pp. 1; 3; 1-2 respectivamente.

FILIPE, Graça (2003) - "Patrimonio Industrial, Experiencias Museológicas y Proyectos de Intervención en el Territorio", in *Estructuras y Paisajes Industriales: Proyectos socioculturales y turismo industrial*, Gijón, INCUNA - Asociación de Arqueología Industrial.

FILIPE, Graça, SABINO, Fátima e VERÍSSIMO, Fátima (2009) - "Herança de um Meio Técnico e Valorização de um Capital de Saber-Fazer: da pólvora à vitalidade do Património Industrial em Vale de Milhaços", in *Museus e Património imaterial: agentes / fronteiras / identidades*, Lisboa: IMC, pp. 265-275.

FOLGADO, Deolinda e CUSTÓDIO, Jorge (1999) - *Caminho do Oriente. Guia do Património Industrial*, em colaboração com Deolinda Folgado, Lisboa: Livros Horizonte.

SANTOS, João A. Correia dos (1911) - *Problemas Resolvidos e Manipulações Químicas*, vol. III, Lisboa.